

# Veto cai só por um voto

A análise do veto ao projeto que proíbe a abertura do comércio aos domingos foi marcada pela incerteza. Por vários momentos, duvidou-se se haveria quórum suficiente para análise (eram precisos 13 votos, um a mais que a metade, para derrubar o veto), por ser uma matéria polêmica. Foram exatamente 13 votos: se faltasse um, o veto estaria mantido e o comércio poderia abrir.

O fechamento do comércio aos domingos, defendida pelos comerciários, contraria a vontade da maioria da população, conforme pesquisa encomendada pelo governo.

"O governador vetou o projeto com base nesta pesquisa, para atender a maioria da população", explicou o deputado Edimar Pirineus, um dos autores do projeto. Ontem, houve momentos em que ele quis retirar o quórum, por achar que enfrentaria uma derrota. Mas, depois de muitas negocia-

ções, houve a análise do veto. Os parlamentares, assim como os comerciários, comemoraram o resultado.

Dois autores da proposta, os deputados José Tatico e Nijed Zakour, não estavam presentes durante a votação e essa era uma das preocupações do deputado Edimar Pirineus. A bancada governista, segundo Pirineus, não estava coesa. Já os da oposição estavam fechados contra a abertura do comércio.

Os comerciários ficaram das 15 às 20h na galeria da Câmara, esperando que o veto fosse analisado. "Domingo é dia de ficar com a família e não trabalhar", disse a comerciária Lúcia Serrano, 21 anos, que estava lá.

Os comerciantes dizem que o fechamento das lojas aos domingos irá desaquecer a economia local. "Domingo é o nosso segundo melhor dia de vendas. No mundo inteiro, o comércio funciona todos os dias e Brasília, a ca-

pital do País, entra na contramão", mostra Edson Monteiro, da CDL.

Os comerciários não parecem preocupados com as consequências da lei, apontadas pelos empresários do setor. "Não é a lei que vai causar desemprego, pois com a abertura não se gerou mais postos de trabalho", garante Geralda Godinho.

Os parlamentares que apresentaram o projeto alegaram, num primeiro momento, que a medida serviria para gerar economia de energia. Mas como o DF atingiu a meta de consumo de eletricidade, o discurso, ontem, era outro.

Os parlamentares que subiram à tribuna da Câmara defenderam o direito de descanso do comerciário e, em segundo lugar, o dos pequenos comerciantes, os maiores interessados no fechamento de seus estabelecimentos aos domingos. Os consumidores foram esquecidos. (M.D.)